



PERCURSO DAS INFÂNCIAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

Máyra Luisa Nogueira Correia

E-mail: luhcorreia38@hotmail.com

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

RESUMO: Apesar de as crianças consecutivamente estarem presentes na sociedade, nem sempre foram consideradas como sujeitos particulares e com características próprias. Por muitos séculos de nossa história, a infância, como a representada hoje, ficou velada ou invisível. As crianças estavam presentes fisicamente, porém ausentes no que diz respeito à ideia de uma categoria social particular, com especificidades e direitos próprios. Para o historiador Àries (1986), o sentimento de infância não existia até o Renascimento, as crianças eram consideradas como complementos do universo feminino. Compartilhavam dos mesmos espaços e atividades, adultos e crianças. Perante as diferentes concepções sobre infância e criança construídas historicamente, reconhece-se que a ideia de infância não se encontra unicamente vinculada à faixa etária ou uma etapa psicológica do desenvolvimento. Nesse sentido, os estudos Sociológicos da Infância, aprimoram conceitos que direcionaram um novo olhar sobre a infância e a criança, reconhecendo-a como potência. Desse modo, criança e infância, são seres histórico, social e político, que nas interações consigo, com o outro e com o meio, descobrem o mundo à sua volta, e, nessas associações, formula, questiona, constrói e reconstrói espaços tempos que traduzem o que vivencia, ou seja, apresenta-se como uma concepção que está aberta à diversidade e à multiplicidade que são próprias do ser humano, não sendo fixa num único modelo. Assim, o objetivo desse estudo foi compreender o percurso das infâncias no contexto legal da educação infantil, por meio dos documentos: Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), Plano Nacional de Educação (2014 – 2024) e Base Nacional Comum Curricular (2017). A metodologia usada foi de cunho qualitativo, cujos dados foram gerados nos documentos. Intercalando com a natureza qualitativa da pesquisa, realizamos uma análise documental para gerar, nortear e alcançar os objetivos propostos e responder às questões norteadoras e secundárias que justificam e embasam o estudo. No decurso da investigação foi desvelado que o percurso das infâncias no contexto da educação infantil foi longo e que o marco principal de toda conquista no âmbito legal é o reconhecimento da criança como sujeito de direitos. Nesse sentido, podemos concluir que todo o contexto das legislações educacionais para a educação infantil necessita de medidas urgentes por parte de políticos e gestores, para investirem recursos no âmbito educacional, sendo estes: planejamento da infraestrutura de trabalho e dos materiais, adequados à faixa etária, amparo ao professor e os gestores com formação de qualidade (tanto inicial quanto continuada), valorização profissional, garantia da presença de profissionais da educação na elaboração das leis e políticas públicas, dentre outras ações. Ao ser feito isso, serão deixadas de lado as promessas, as incansáveis reformas e a descontinuidade de políticas públicas de educação.

Palavras-chave: Educação Infantil. Infâncias. Legislação.